



Maria Almerinda de Souza Matos



Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

profalmerinda@hotmail.com

Danilo Batista de Souza



Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

danilo_batista_14@hotmail.com

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA ÁREA DE ACESSIBILIDADE NAS REVISTAS BRASILEIRAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

RESUMO

Neste estudo, de natureza bibliográfica, sobre as publicações referentes à acessibilidade, utilizamos os sites da Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE/ABPEE) e da Revista Educação Especial (REE/UFMS). Encontramos 21 publicações, sendo 11 artigos na RBEE e 10 na REE, os quais foram analisados por categorias, são elas: 1) Ano e quantidade de artigos publicados; 2) Tipo de autoria dos artigos; 3) Área de formação de autores e coautores; 4) Gênero textual dos artigos e; 5) Temas relacionados à acessibilidade. Após o exposto nas produções científicas, muitas pesquisas apontam que alguns dos fatores que interferem na concretização da real inclusão são, por exemplo, a lacuna existente na formação dos professores a respeito da inclusão, da acessibilidade, as dificuldades de atuação com pessoas com deficiência, o conhecimento das políticas públicas, a falta de estrutura física/comunicação/informação nas escolas para que todos possam usufruir os espaços e o assistencialismo aos alunos com deficiência.

Palavras-chave: Acessibilidade. Revisão de literatura. Educação especial.

SCIENTIFIC PRODUCTION IN THE ACCESSIBILITY AREA IN BRAZILIAN SPECIAL EDUCATION MAGAZINES

ABSTRACT

In this bibliographic study on publications related to accessibility, we used the websites of the Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE / ABPEE) and the Revista Educação Especial (REE / UFMS). We found 21 publications, 11 in the RBEE and 10 in the REE, which were analyzed by categories, which are: 1) Year and number of articles published; 2) Type of authorship of the articles; 3) Training area for authors and co-authors; 4) Textual genre of articles and; 5) Themes related to accessibility. After the exposure of scientific productions, many researches point out that some of the factors that interfere in the realization of real inclusion are, for example, the gap that exists in the training of teachers regarding inclusion, accessibility, the difficulties of working with people with disabilities, the knowledge of public policies, the lack of physical structure / communication / information in schools so that everyone can enjoy the spaces and assistance to students with disabilities.

Keywords: Accessibility. Literature review. Special education.

Submetido em: 11/10/2019

Aceito em: 12/05/2020

Ahead of print em: 09/07/2020

Publicado em: 18/08/2020



<http://dx.doi.org/10.28998/2175-6600.2020v12n28p215-231>



I INTRODUÇÃO

A construção do conhecimento resulta de uma incessante busca através da pesquisa acadêmica. Não se concebe mais educação universitária sem que o ensino seja acompanhado de pesquisa intensa e continuado.

O grande desafio com que a pesquisa se defronta hoje é conseguir aliar a riqueza proporcionada pelos estudos em profundidade de fenômenos microsociais, contextualizados, à possibilidade de transferência de conhecimento ou mesmo de hipóteses para outras situações semelhantes. Para favorecer a aplicação dos conhecimentos produzidos pela pesquisa, estes precisam transcender o contexto ao qual se referem, proporcionando algum avanço teórico que busque eliminar qualquer barreira de aprendizagem existente em nosso grupo social.

Nessa perspectiva, o movimento em favor da inclusão escolar orienta que a comunidade acadêmica, a sociedade como um todo e, principalmente, as escolas se envolvam e preparem a construção de um contexto favorável à inclusão escolar dos alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida, rompendo o paradigma tradicional, buscando atender todos os alunos, propiciando uma escola para todos e respeitando seus direitos.

No cenário atual, a acessibilidade é considerada a base da inclusão, pois a inclusão está diretamente relacionada à acessibilidade, uma vez que, uma é consequência da outra.

Nesse contexto, discussões, levantamentos de questões e pesquisas sobre o tema são importantes, pois podemos identificar, de modo científico, barreiras, tanto físicas como também de comunicação e informação que dificultam o processo de inclusão nas escolas onde estão matriculados os alunos com deficiências, contribuindo assim para a exclusão escolar.

Nos últimos anos, a palavra acessibilidade tornou-se frequente no vocabulário utilizado por governantes, pessoas leigas e pesquisadores. Nem sempre, porém, essas pessoas estão tratando do mesmo conceito ao usar a palavra acessibilidade (MANZINI, 2014).

Neste estudo, utilizamos o conceito de acessibilidade definida na Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015), também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, que envolve os aspectos físicos, de comunicação e informação para as pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

Governantes tendem a usar a palavra de forma bastante generalizada, cujo conceito servirá aos objetivos políticos. As pessoas leigas tentam apreender esse conceito por aquilo que está na mídia. O pesquisador deve tomar cuidado para não reproduzir o conceito que está na mídia, na internet e em livros, sem antes promover uma análise crítica sobre o conteúdo da definição (MANZINI, 2014).

Assim, apresentamos os dados do nosso estudo intitulado “A Produção Científica na Área de Acessibilidade nas Revistas Brasileiras de Educação Especial” que tem como objetivo mapear a produção científica, nesse caso, os artigos da Revista Brasileira de Educação Especial (Associação de Pesquisadores de Educação Especial) e da Revista Educação Especial (Universidade Federal de Santa Maria), periódicos com grande notoriedade, que apresentam dados de pesquisas, bem como discussões teóricas atualizadas para pesquisadores da área de Educação Especial e Inclusão.

2 MARCOS LEGAIS E SUBSÍDIOS TEÓRICOS SOBRE ACESSIBILIDADE

Para compreendermos a temática acessibilidade, é necessário apresentarmos duas categorias importantes que estão nesse campo de conhecimento. A primeira é a legislação brasileira que embasa a sua concretização e, a segunda são os esclarecimentos conceituais que envolvem esse termo.

2.1 Acessibilidade preconizada pela legislação brasileira

Souza (2017), em seus estudos, reafirma que o direito das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida está amplamente garantido em tratados internacionais e na Legislação Federal. Entretanto, as dificuldades de locomoção em meios de transportes, as barreiras arquitetônicas, barreiras urbanísticas e a incapacidade de lidar com pessoas com necessidades especiais saltam aos olhos, revelando uma dicotomia entre legislação em vigor e sua aplicação no cotidiano das pessoas, das escolas entre outras.

A efetiva aplicação da legislação existente altera o ambiente, possibilitando sua utilização por todos e resgatando a dignidade das pessoas com necessidades especiais. Nesse sentido, torna-se imprescindível proporcionar mecanismos para que as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida tenham a possibilidade de extrapolar os limites de suas casas e possam fazer parte, efetivamente da sociedade.

Segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (CENSO GEOGRÁFICO 2015, IBGE) do ano de 2015, 12.877.400 pessoas possuíam algum tipo de deficiência, que somou 6,2% da população brasileira (IBGE, 2015). No Amazonas 23,2 %, representou 1.015.384 amazonenses, que ocupou o 16º lugar no ranking nacional, e Manaus, foi a quinta colocada em porcentagem no estado do Amazonas com 25,6%, o que representou 461.414 pessoas com algum tipo de deficiência (CENSO GEOGRÁFICO 2010, IBGE).

Com uma demanda expressiva de pessoas com deficiência em nosso país, diversos instrumentos legais foram discutidos e materializados para combater as desigualdades existentes em nossa sociedade. Iniciaremos apresentando e discutindo sobre a nossa Constituição até a Lei Brasileira de Inclusão para compreensão do processo de implementação da acessibilidade.

Nossa Carta Magna, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988) tem como objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A inserção na Constituição Federal de forma que garantam direitos das pessoas com deficiência vem demonstrado a importância dada pela Constituinte a esse grupo social. Contudo, estes direitos não são os mesmos dos demais cidadãos, diferenciando-os apenas quanto às medidas especiais usadas pelas pessoas com deficiência para exercê-las, o que se torna indispensável.

Ressalta-se, todavia, que o fundamento de todos esses direitos encontra-se na dignidade da pessoa humana e na garantia do exercício da cidadania, para que assim não haja desigualdades sociais e que qualquer preconceito ou discriminação seja eliminado.

A Constituição Federal de 1988 tratou de garantir às pessoas com deficiência alguns direitos, que devem ter todos os seus efeitos produzidos de imediato, contribuindo assim para a proteção contra qualquer desigualdade.

Entretanto, apesar da previsão constitucional, ainda há descaso das prefeituras e governos quando concedem autorização para construção de edifícios sem adaptação para as pessoas com deficiência, ou quando não utilizam semáforos sonoros para as pessoas com deficiência visual, além muitos outros exemplos.

Antes da década de 1980, as reivindicações das pessoas com deficiência nunca se tornaram preocupação no Estado brasileiro. Entretanto, esse quadro começou a mudar, mesmo que timidamente, a partir de 1980, quando foi instituída uma comissão nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, que estabeleceu um plano de ação a curto, médio e longo prazo, onde os problemas da falta de acessibilidade foram contemplados.

Especificamente sobre as legislações, principiamos mencionando a Lei Nº 7.405 (BRASIL, 1985), que, em seus oito artigos, estabelece a obrigatoriedade na colocação de forma visível ao público do "Símbolo Internacional de Acesso" nos lugares e serviços que possam ser acessadas, circuladas e utilizadas pelas pessoas com deficiência.

Exclusivamente com o termo acessibilidade, o primeiro documento brasileiro que consta é a Portaria N.º 1.679 (BRASIL, 1999), do Ministério da Educação (MEC), que mais tarde foi substituída pela Portaria N.º 3.284 (BRASIL, 2003) que estabelece a inclusão nos instrumentos que avaliam as condições de ofertas de cursos superiores, requisitos de acessibilidade que atendam as pessoas com deficiências, com base nos requisitos da Norma Brasileira 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas que trata da Acessibilidade de Pessoas com Deficiências e Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos (Art. 2), além de informar os procedimentos de autorização e de reconhecimento de cursos, renovação e credenciamento de instituições de ensino superior (Art. 1).

Considerada a mais enfática, no que se refere à acessibilidade, a Lei Nº 10.098 (BRASIL, 2000), também regulamentada pelo Decreto Nº 5.296 (BRASIL, 2004) institui princípios gerais e critérios basilares para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, por meio da eliminação de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na edificação e reforma de estabelecimentos e nos meios de transporte e de comunicação de modo que se tornem acessível ao público supracitado (Art. 1 e 11).

Por fim, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, é estabelecida pela Lei Nº 13.146 (BRASIL, 2015) objeto de nossa investigação.

Como demonstrado, existem, no contexto brasileiro, diversas leis que preveem a acessibilidade física, de comunicação e informação adequada na escola; todavia, apenas a lei não garante que o profissional da educação consiga planejar ou construir ambientes acessíveis, porque faltam instrumentos de fácil visualização e compreensão que objetivem avaliar as condições da acessibilidade física desses espaços (DISCHINGER et. al., 2004). Tais materiais devem auxiliar esses profissionais a planejar, construir e adequar os ambientes da escola, de acordo com suas características locais.

Pretende-se, pois, que o cumprimento da legislação em vigor seja mais um caminho para a inclusão educacional das pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, possibilitando-as de, efetivamente exercerem sua cidadania.

2.2 Subsídios teóricos referentes a acessibilidade e inclusão

Para início dessa discussão, trazemos o conceito de acessibilidade adotado em nosso estudo, que é da Lei Nº 13.146 de 2015, onde acessibilidade é definida como:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015).

O primeiro elemento pontuado na definição de acessibilidade é que ela é uma possibilidade e condição. Possibilidade e condição para utilização de alguma coisa. A definição pontua essas coisas que seriam os espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público.

Além de pontuar as possibilidades e condições, a definição estabelece quem são os usuários: as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Com certeza, esse conceito pode ser ampliado no

sentido de que poderá ser usuária a população em geral, pois na medida em que as barreiras são eliminadas, todos serão beneficiados.

Dois outros elementos estão presentes na definição: é que essa possibilidade e condição devem ocorrer com segurança e autonomia e, essa autonomia deve ser total ou assistida. Quando nos referimos a autonomia total, estamos falando do uso com certa independência e no caso de essa autonomia ser assistida, indica-se a necessidade da assistência de alguém.

Outro ponto importante da temática é discutir a questão conceitual dos termos acesso e acessibilidade, termos que ainda causam muita confusão teórica e conceitual, para isso, utilizaremos os ensaios teóricos de pesquisadores renomados e vistos como referências em nosso país (MANZINI, 2005; 2015; MANZINI; CORRÊA, 2014).

Segundo os pesquisadores, o termo “acesso” está relacionado à questão de adentrar em algum espaço ou ingressar em algum serviço, conseguir obter uma informação e/ou sair de um nível e ingressar no outro. Em contra partida, o termo “acessibilidade” refere-se às condições concretas e palpáveis, que podem ser medidas, legisladas e cobradas judicialmente.

Portanto, dizer que as pessoas com deficiência necessitam ter acesso ao ensino superior é bastante diferente de dizer que o ensino superior precisa possuir acessibilidade para receber as pessoas com deficiência (MANZINI, 2005, 2014).

Assim, o convívio entre pessoas, com deficiência ou não, em diferentes contextos, inclusive no educacional, pode ser considerado, também, em termos de espaços físicos e sociais. No contexto escolar, todo aluno deve ter garantida a possibilidade de acesso de forma segura e independente aos espaços escolares.

3 METODOLOGIA

Para realização deste estudo de natureza bibliográfica, sobre as publicações referentes à acessibilidade, utilizamos o banco de dados como fonte para recolha das informações nos sites da Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE/ABPEE) e da Revista Educação Especial (REE/UFSM), únicos periódicos especializados na área de Educação Especial (Qualis A1 a A4), do Sistema WebQualis, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o qual se caracteriza como um importante índice de padrão e qualidade editorial.

Iniciamos a pesquisa definindo como descritor o termo “acessibilidade” no título. Com isso, encontramos nos dois periódicos, no período de 2006 a 2019 (ano da publicação inicial da temática acessibilidade no título em um dos periódicos até a última publicação dos mesmos), vinte e um (21)

publicações, sendo 11 da Revista Brasileira de Educação Especial, o que equivale a 52% dos artigos e 10 da Revista Educação Especial, correspondendo 48% das publicações deste estudo.

Para análise dos 21 artigos científicos encontrados nas duas revistas, elencamos como informações os seguintes dados que serão apresentados e discutidos no decorrer do trabalho: 1) ano e quantidade de artigos publicados; 2) tipo de autoria dos artigos; 3) área de formação de autores e coautores; 4) gênero textual dos artigos e; 5) temas relacionados à acessibilidade.

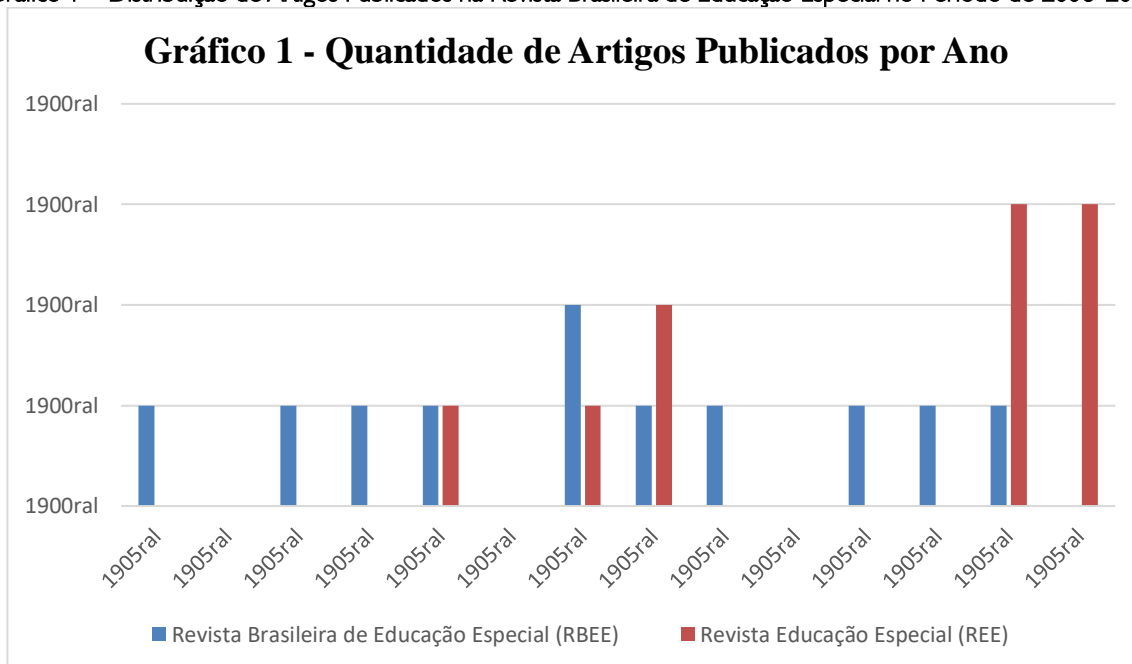
4 Resultados e discussões

Os resultados da análise obtida são apresentados a seguir, de acordo com os indicadores considerados. Tendo em vista a complexidade da área da Educação Especial e da Inclusão, levamos em consideração a diversidade existente no campo da pesquisa, produção científica e organização dos autores na escrita dos trabalhos.

4.1 Ano e quantidade de artigos publicados

Para identificar os vinte e um (21) artigos, organizamos o Gráfico 1 com o quantitativo de artigos publicados por ano sobre a temática acessibilidade na Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE/ABPEE) e Revista Educação Especial (REE/UFSM).

Gráfico 1 – Distribuição de Artigos Publicados na Revista Brasileira de Educação Especial no Período de 2006-2019.



Fonte: Elaboração própria com base nos artigos selecionados por meio do descritor "acessibilidade" no título no banco de dados da RBEE (ABPEE) e REE (UFSM).

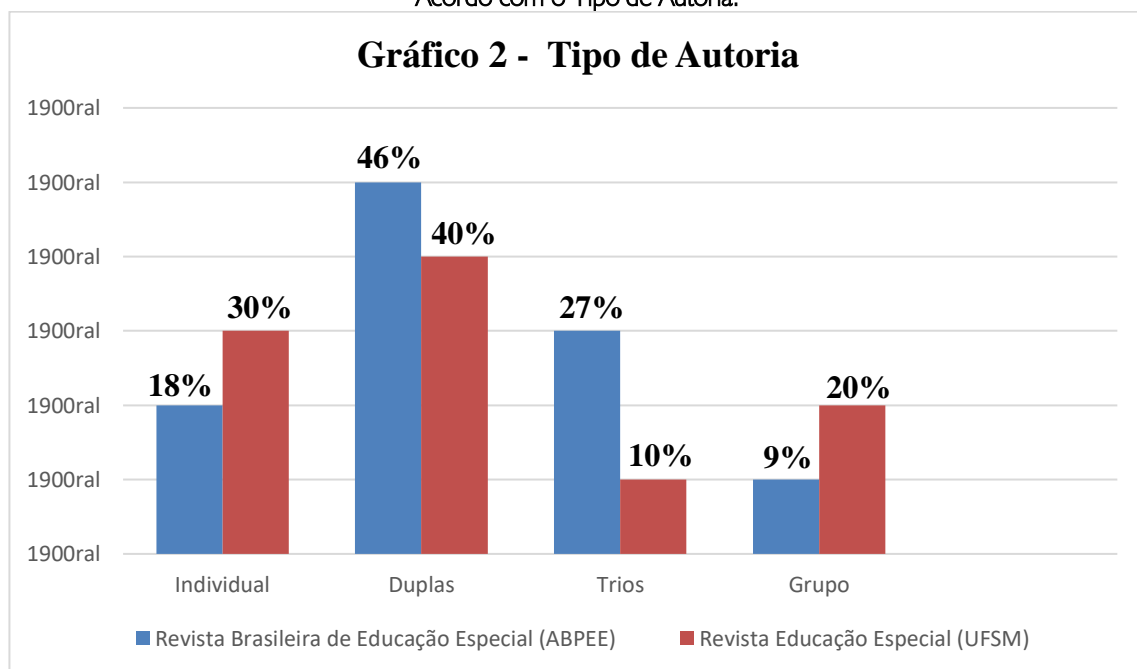
Conforme dados apresentados no Gráfico 1, a primeira publicação relacionada à acessibilidade em periódico específico de Educação Especial foi em 2006, na Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE/ABPEE). No mesmo periódico, foram encontrados 11 artigos, sendo que nos anos de 2007, 2011, 2015 e 2019 não foram publicados artigos sobre a temática selecionada. Já em 2018, a revista alcançou a maior publicação com a temática, com o total de 02 artigos. Destacamos que nos anos de 1993, 1997 e 1998, a RBEE não foi publicada (AZEVEDO; GIROTO; SANTANA, 2015).

No que se refere à Revista de Educação Especial (RBEE/UFSM), localizamos 10 artigos relacionados à acessibilidade. Percebemos que os artigos com essa temática começam a aparecer a partir de 2010 e que não houve publicações relacionadas à acessibilidade nos anos de 2011, 2014, 2015, 2016 e 2017, apesar de apresentarem um leve aumento nos anos de 2018 e 2019.

4.2 Tipo de autoria dos artigos

A análise da autoria dos artigos relativos à acessibilidade revelou em ambos periódicos a prevalência de artigos escritos em coautoria, sendo 41%, o que equivale a 9 artigos escritos em duplas; 23%, equivalente a 5 artigos elaborados individualmente, 18%, totalizando 4 artigos em trios; 18%, ou 3 artigos redigidos por grupos com mais de três autores, conforme dados apresentados no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Distribuição da Autoria de Artigos Sobre Acessibilidade Publicados na Revista Brasileira de Educação Especial de acordo com o Tipo de Autoria.



Fonte: Elaboração própria com base nos artigos selecionados por meio do descritor “acessibilidade” no título no banco de dados da RBEE (ABPEE) e REE (UFSM).

Na Revista Brasileira de Educação Especial, dos 11 artigos utilizados neste estudo, 5 foram publicados em duplas o que equivale a 46%; 3 trabalhos em trios (27%); 2 trabalhos foram publicados

contendo apenas um autor, o que corresponde a 18% e 1 trabalho em grupo (9%), ou seja, trabalhos com mais de três autores no artigo.

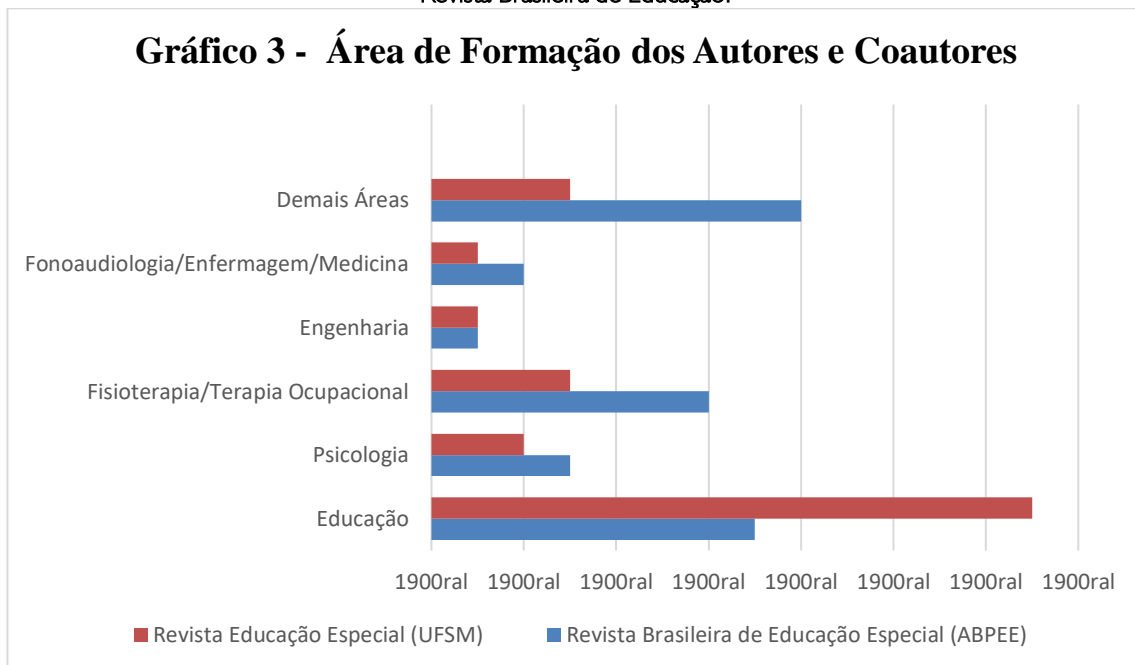
Já na Revista Educação Especial, do total de 10 artigos publicados sobre a temática, 4 são em duplas, o que corresponde à 40%; 3 de forma individual (30%); 2 trabalhos foram publicados em grupo (trabalhos com mais de três autores), o que correspondem a 20% dos trabalhos e 1 trabalho em trio (10%).

O grande número de trabalhos publicados em duplas nas duas revistas científicas, em grande parte, são artigos produzidos a partir de dissertações de mestrado e teses de doutorados, onde o orientando e o orientador são autores dos artigos.

4.3 Áreas de formação dos autores e coautores

O terceiro item que trazemos para discussão é a formação dos autores e coautores dos trabalhos publicados sobre acessibilidade nas duas revistas científicas, já que compreendemos que nossa área é multidisciplinar e é necessário que as várias áreas do conhecimento científico conversem entre si, possibilitando avanços significativos nessa troca de saberes.

Gráfico 3 – Distribuição da Área de Formação dos Autores e Coautores dos Artigos Sobre Acessibilidade Publicados na Revista Brasileira de Educação.



Fonte: Elaboração própria com base nos artigos selecionados por meio do descritor “acessibilidade” no título no banco de dados da RBEE (ABPEE) e REE (UFESM).

Os 21 artigos deste estudo contam com 50 integrantes, dentre eles autores e coautores. Desse total, 20 dos autores e coautores (40%) são da área da Educação; 5 com formação em Psicologia (10%); 9 pessoas da Fisioterapia ou Terapia Ocupacional (18%); 2 pessoas da Engenharia (4%); 3 pessoas da Fonoaudiologia/Enfermagem (6%) e 11 pessoas das demais áreas do conhecimento (22%) que envolvem

o Serviço Social, Ciências Sociais, Odontologia, Desenho, Recursos Humanos Administração, Design Arquitetura, Informática e Ciências da Computação.

Na área de Educação, onde tivemos o maior número de autores e coautores, encontramos pesquisadores dos diversos cursos, dentre eles: Educação Especial, Pedagogia, Educação Física, Letras, Matemática e Física.

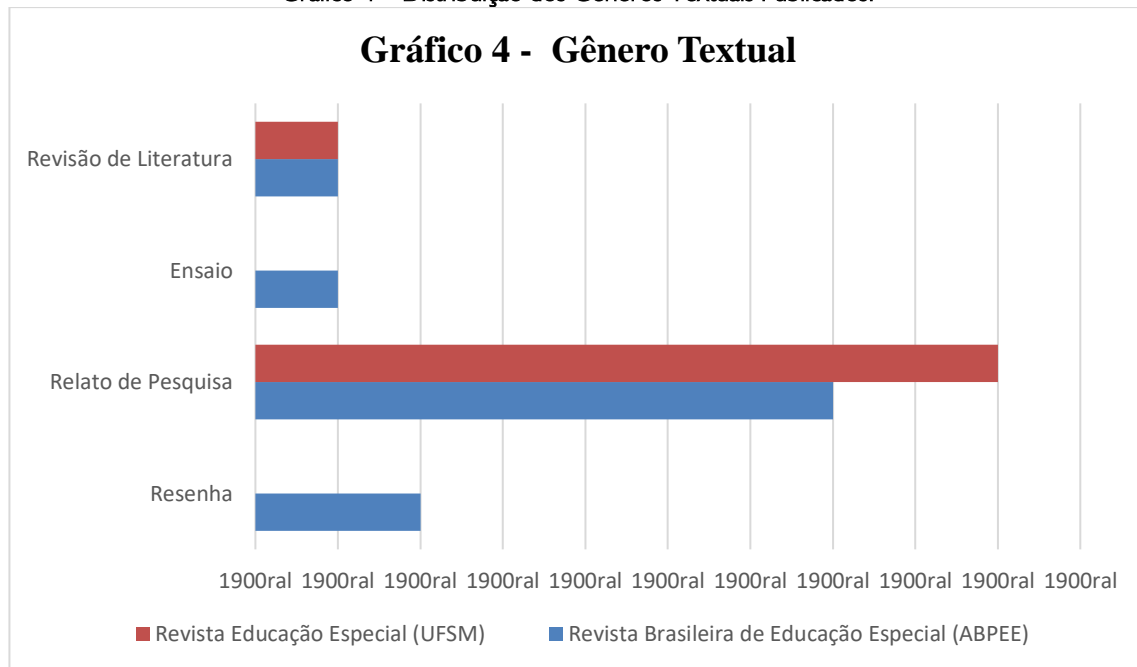
Nas instituições envolvidas encontramos docentes, mestrandos, mestres, doutores e doutorandos do: Instituto Federal do Amazonas (IFAM), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Centro Universitário Claretiano, Secretaria Municipal de Educação de Corumbá (SEMED/Corumbá), Secretaria Municipal de Educação de Ladário (SEMED/Ladário), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Estadual Paulista Campus Marília (UNESP/Marília), Universidade de Franca (UNIFRAN), Universidade de São Paulo Campus Bauru (USP/Bauru), Pontifícia Universidade Católica Campus Campinas (PUC/Campinas) e Universidade de Salamanca.

4.4 Gênero textual dos artigos

A Revista Brasileira de Educação Especial aceita trabalhos nas modalidades de relato de pesquisa, ensaio teórico, revisão de literatura, resenha e entrevistas; já a Revista Educação Especial, tem o relato de pesquisa, a revisão de literatura/ensaio teórico e o editorial/resenha, como categorias de textos a serem submetidos.

Quanto ao gênero textual, os artigos foram classificados conforme a nomenclatura utilizada pela própria revista e pode ser facilmente identificada na parte superior à direita de cada artigo da Revista Brasileira de Educação Especial. Na Revista Educação Especial, foi preciso ler o resumo dos artigos para caracterizar o tipo de estudo realizado.

Gráfico 4 – Distribuição dos Gêneros Textuais Publicados.



Fonte: Elaboração própria com base nos artigos selecionados por meio do descritor "acessibilidade" no título no banco de dados da RBEE (ABPÉE) e REE (UFESM).

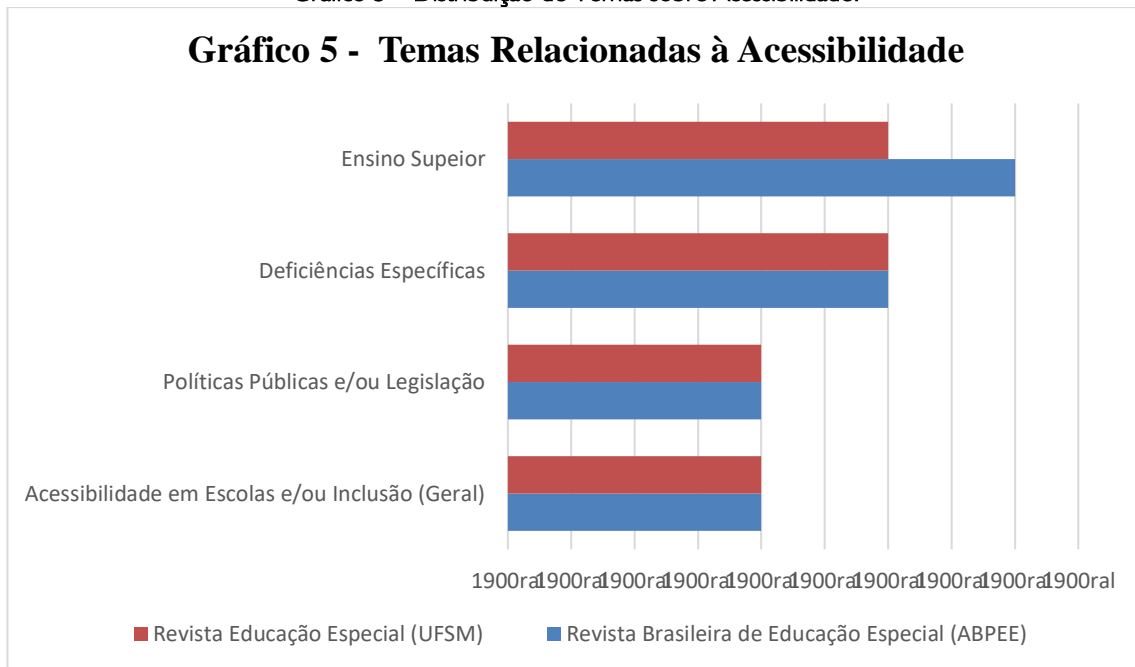
O Gráfico 4 ilustra a distribuição dos vinte (21) artigos publicados nos periódicos com a temática referente à acessibilidade. Dentre os artigos, 16 trabalhos (75%), ou seja, a maioria dos artigos se caracterizam como relatos de pesquisas; 2 textos (10%) como resenhas; 2 artigos (10%) como revisão de literatura e 1 texto (5%) como ensaio.

Verificamos a predominância dos Relatos de Pesquisa nos artigos publicados nos dois periódicos de relevância da educação especial. Isso se dá pelas pesquisas e estudos desenvolvidos no âmbito da pós-graduação brasileira (mestrado e doutorado) bem como atividades dos núcleos de pesquisa que possuem como eixos norteadores o processo de inclusão das pessoas com deficiência.

4.5 Temas relacionados à acessibilidade

A leitura do resumo dos vinte e um artigos abordados nesta etapa do estudo nos possibilitou agrupar os temas voltados à acessibilidade, conforme o predomínio do assunto ou o enfoque adotado em cada pesquisa. Assim, agrupamos os trabalhos em 4 categorias que são: 1) ambiente escolar/inclusão escolar; 2) políticas públicas/legislação; 3) deficiências específicas: física, visual e auditiva e; 4) ensino Superior.

Gráfico 5 – Distribuição de Temas sobre Acessibilidade.



Fonte: Elaboração própria com base nos artigos selecionados por meio do descritor “acessibilidade” no título no banco de dados da RBEE (ABPEE) e REE (UFSM).

No primeiro eixo encontram-se pesquisas sobre acessibilidade que buscaram analisar o ambiente escolar e o processo de inclusão como um todo, representando 19% dos trabalhos, trazendo a defesa de uma escola para todos, onde os alunos, com deficiência ou não, possam utilizar todos os espaços, com segurança e autonomia, independentemente de suas especificidades (CORRÊA; MANZINI, 2012; CASTRO; et. al, 2018; ROCHA; DESIDÉRIO; MASSARO, 2018; SILVA FILHO; KASSAR, 2019).

Nesses estudos desenvolvidos em escolas públicas do Mato Grosso do Sul (Ensino Fundamental), Minas Gerais (Rede Estadual) e São Paulo (Educação Infantil), foram utilizados o registro fotográfico e a aplicação de protocolos baseados na Norma Brasileira 9050 (NBR 9050) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para avaliação e indicação da necessidade de melhoria das condições de acessibilidade nas respectivas instituições de ensino.

A segunda categoria, intitulada Políticas Públicas, Legislação e seus desdobramentos, que correspondem também a 19%, discutem sobre a afinidade entre orientações internacionais e a concepção dos documentos legislativos direcionados às pessoas com deficiências, por meio de processos dinâmicos, motivados por várias situações, possibilitando a assimilação e permuta de concepções, numa relação orgânica e não divididas por classes, que abarca ainda as próprias legislações em nível local e debates por direções do campo de atuação (TANAKA, 2006; CORRÊA, 2009; NEGRINI; et. al., 2010; GUERREIRO, 2012).

Para discussões dos desdobramentos das políticas públicas, além das pesquisas publicadas em forma de artigos e/ou dissertações/teses, temos também os eventos científicos, dentre eles a Jornada de Educação Especial desenvolvida pela UNESP/Marília/SP e o Congresso Brasileiro de Educação Especial da

UFSCar/SP que aproximam os pesquisadores para essa dinâmica de reflexão-ação-reflexão do processo de inclusão educacional.

No terceiro item, apresentamos pesquisas que equivalem a 29% dos trabalhos, trazem o processo de inclusão com foco em alguma ou algumas deficiências específicas. Dentre elas identificamos a deficiência visual (cego e baixa visão), deficiência auditiva (surdo) e deficiência física (GASPAROTO; ALPINO, 2012; FLOR; VANZIN; ULBRICH, 2013; MARQUES; ALMEIDA, 2013; PIVETTA; SAITO; ULBRICH, 2014; VOOS; FERREIRA, 2018; GUTIERREZ, 2019).

Essa categoria também apresenta aplicação de protocolos específicos para avaliação da acessibilidade para pessoas surdas na Web, na Educação a Distância (Ead) e nas produções audiovisuais, bem como os recursos de acessibilidade para uso do computador e dos Objetos Educacionais Digitais (OED) pelos alunos cegos ou com baixa visão, assim como as dificuldades de uma pessoa com deficiência física no espaço domiciliar.

O quarto e último item trazem as pesquisas que investigaram a acessibilidade no ensino superior, tanto na graduação até a pós-graduação, e esses estudos correspondem a 33% dos trabalhos, que em grande maioria utilizou de protocolos com as rotas de acesso específicas para o ensino superior, bem como o uso de observação direta e o registro fotográfico para coleta e análise dos dados (LAMÔNICA; et. al., 2008; SIQUEIRA; SANTANA, 2010; CAMBRUZZI; COSTA; DENARI, 2013; CIANTELLI; LEITE, 2016; SILVA; GIL, 2017; SILVA, 2018; FANTACINI; ALMEIDA, 2019).

Para entendermos um pouco desse contexto, é preciso destacar a implementação do Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior do Ministério da Educação que foi implementado em 2005 e possibilitou a criação dos Núcleos de Acessibilidades nas instituições de ensino superior, possibilitando assim, uma avaliação e identificação das condições de acessibilidade das instituições de ensino superior, com o objetivo de eliminar as barreiras existentes e desenvolver a promoção do ingresso, permanência e participação dos estudantes em todas as atividades acadêmicas.

Após o exposto das produções científicas, muitas pesquisas apontam que alguns dos fatores que interferem na concretização da real inclusão são, por exemplo, a lacuna existente na formação dos professores a respeito da inclusão, da acessibilidade, a atuação com pessoas com deficiência, o conhecimento das políticas públicas, a falta de estrutura física nas escolas para que todos possam usufruir os espaços e as dificuldades e o assistencialismo aos alunos com deficiência.

5 CONCLUSÃO

Baseados em Glat, Omote e Pletsch (2014), entendemos que a produção do conhecimento em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem servido mais como uma denúncia dos

problemas enfrentados para a aprendizagem e inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais, do que como alternativas de intervenção, fundamentadas cientificamente, que possibilitem a identificação e eliminação dessas barreiras.

O desafio atual da educação é a inclusão de todos os alunos e/ou comunidade escolar em todos os processos, respeitando suas especificidades, caracterizando de fato a inclusão.

Não é difícil observar que são múltiplos e diversos os problemas que afetam a situação da inclusão das pessoas com deficiência na educação brasileira atual. Alguns desses problemas são: a falta de conhecimento da escola sobre a situação do aluno com deficiência; a precariedade histórica do investimento dos governantes em recursos materiais e humanos que implicaria uma maior valorização desse campo e reconhecimento de sua importância para a população; a crise pela qual passa o movimento social docente e a dificuldade de identidade profissional dos docentes.

Diante disso, evidenciou-se a falta de pesquisas sobre acessibilidade no campo da Educação, principalmente sobre a situação da acessibilidade nas escolas comuns. Ficou evidente que as estruturas físicas das escolas, bem como os meios de comunicação e informação possuem inúmeras barreiras que impedem e/ou dificultam a real inclusão dos alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida nas escolas públicas.

Os direitos referentes à acessibilidade ainda não estão sendo garantidos; as intenções legislativas nem sempre se convertem na prática, o que nos leva a nos deparar cotidianamente com situações que privam pessoas da garantia de seus direitos. Por fim, apreendemos com os subsídios teóricos, que a acessibilidade e a inclusão estão intimamente ligadas; um depende do outro. Essa articulação é necessária para o processo de inclusão escolar e superação dos desafios para a promoção da acessibilidade nos espaços escolares.

Assumir a inclusão como política social e educativa pressupõe superar a concepção erroneamente difundida que reduz a diferença a diversidade. Tratar a questão da inclusão pela diferença não significa anular a diferença, pelo contrário, significa ressignificá-la.

Discutir a diversidade humana em um âmbito político exige outras posturas e legislações dos órgãos governamentais e requer que todas as instâncias sociais construam práticas que respeitem a dignidade humana.

O reconhecimento de que estamos longe de um cenário ideal, mas que ainda assim, muito já se avançou, confirma a tese de que a união de esforços de diferentes profissionais, grupos organizados, entidades e pessoas em torno de um mesmo tema teve o poder de promover, nas últimas três décadas, um importante salto qualitativo na direção de garantia de acesso e a acessibilidade das pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

Assim, verifica-se que o objetivo de mapear a produção científica sobre acessibilidade nos periódicos qualificados na área da Educação Especial supracitados foi alcançado, devendo haver desdobramentos das análises qualitativas das categorias temáticas nos próximos estudos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, C. B., GIROTO, C. R. M., & Santana A. P. O. (2015). **Produção científica na área da surdez: Análise dos artigos publicados na Revista Brasileira de Educação Especial no período de 1992 a 2013.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, 21(4), 459-476.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 dez. 2016.

BRASIL. **Decreto Nº 5.296**, de 02 de dezembro de 2004. Brasília, DF, 2004a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 10 dez. 2016.

BRASIL. **Lei Nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei10098.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016.

BRASIL. **Lei Nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 jul. 2016.

BRASIL. **Lei Nº 7.405**, de 12 de novembro de 1985. Brasília, DF, 1985. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7405.htm. Acesso em: 10 dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria N.º 1.679**, de 2 de dezembro de 1999. Brasília, DF, 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/cl_1679.pdf. Acesso em: 10 jul. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 3.284**, de 7 de novembro de 2003. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016.

CAMBRUZZI, Rita de Cássia Silveira; COSTA, M. P. R. da; DENARI, Fátima Elisabeth. Acessibilidade de um cadeirante em uma instituição pública do ensino superior: rotas e rotina. **Revista Educação Especial** (Online), v. 26, p. 351-366, 2013.

CASTRO, Gisélia Gonçalves de; ABRAHAO, C. A. F.; NUNES, A. X. E.; NASCIMENTO, L. C. G.; FIGUEIREDO, G. L. A. Inclusão de alunos com deficiências em escolas da rede estadual: um estudo sobre acessibilidade e adaptações estruturais. **Revista Educação Especial**, v. 31, p. 93-106, 2018.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Acompanha 1 CD-ROM. Acesso em: mar. 2017.

CIANTELLI, Ana Paula Camilo; LEITE, Lúcia Pereira. Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, p. 413-428, 2016.

CORRÊA, Priscila Moreira. Acessibilidade: conceitos e formas de garantia. Marília: **Revista Brasileira de Educação Especial**, 2009 (Resenha).

CORRÊA, Priscila Moreira; MANZINI, Eduardo José. Um estudo sobre as condições de acessibilidade em pré-escolas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 18, p. 213-230, 2012.

DISCHINGER, Marta. et al. (Org.). **Desenho Universal nas Escolas**: acessibilidade na rede municipal de ensino de Florianópolis. Florianópolis: 2004.

FANTACINI, Renata Andrea Fernandes; ALMEIDA, Maria Amelia. Revisão sistemática sobre a presença de Núcleos de Acessibilidade na Educação Superior EaD – 2005 a 2018. **Revista Educação Especial**, v. 32, p. 01-29, 2019.

FLOR, C. S. ; VANZIN, T. ; ULBRICHT, V. R. . Recomendações da WCAG 2.0 (2008) e a acessibilidade de surdos em conteúdos da web. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 19, p. 161-168, 2013.

GASPAROTO, Mariana Capacci; ALPINO, Ângela Maria Sirena. **Avaliação da acessibilidade domiciliar de crianças com deficiência física**. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 18, p. 337-354, 2012.

GLAT, Rosana; OMOTE, Sadao.; PLETSCHE, Márcia Denise. Análise crítica da produção do conhecimento em educação especial. In: OMOTE, S.; OLIVEIRA, A. A. S.; CHACON, M. C. M. (Org.). **Ciência e conhecimento em educação especial**. São Carlos: Marquezine & Manzini, 2014.

GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebelo. A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. **Revista Educação Especial (UFSM)**, v. 25, p. 217-232, 2012.

GUTIERREZ, ERICLER OLIVEIRA. Audiovisual produzido por jovens surdos: um roteiro de inclusão e acessibilidade. **REVISTA EDUCAÇÃO ESPECIAL**, v. 32, p. 42, 2019.

LAMÔNICA, Dionísia Aparecida Cusin; Araújo-Filho, P ; Simonelli, S.B.J.; Caetano, V.L.S.B.; Regina, M.R.R.; Regiani, D. M. **Acessibilidade em Ambiente Universitário**: Identificação de Barreiras Arquitetônicas no Campus da USP de Bauru. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 14, p. 177-188, 2008.

MANZINI, Eduardo José. **Inclusão e acessibilidade**. In: *Revista da Sobama*. v.10, n. 1. p. 31-36. 2005. Suplemento.

MANZINI, Eduardo José. **Acessibilidade**: Um Aporte na Legislação para o Aprofundamento do Tema na Área da Educação. In.: BAPTISTA, Claudio Roberto; CAIADO, Katia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles (organizadores). *Educação Especial: Diálogo e Pluralidade*. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

MANZINI, Eduardo José; CORRÊA, Priscila Moreira. **Avaliação de acessibilidade na educação infantil e no ensino superior**. São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2014.

MARQUES, L. C.; ALMEIDA, M. A. Aplicação de recursos de acessibilidade em informática para alunos com baixa visão. **Revista Educação Especial (UFSM)**, v. 26, p. 421, 2013.

NEGRINI, Tatiane; COSTA, L. C.; ORTIZ, Leodi Conceição Meireles; FREITAS, Soraia Napoleão. Acessibilidade na agenda da inclusão social e educacional. **Revista Educação Especial (UFSM)**, v. 23, p. 287-298, 2010.

PIVETTA, ELISA MARIA; SAITO, DANIELA SATOMI; ULBRICHT, V. R. **Surdos e acessibilidade**: análise de um ambiente virtual de ensino e aprendizagem. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 20, p. 147-162, 2014.

ROCHA, Aila Narene Dahwache Criado ; DESIDÉRIO, S. V. ; MASSARO, M. **Avaliação da Acessibilidade do Parque Durante o Brincar de Crianças com Paralisia Cerebral na Escola**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 24, p. 73-88, 2018.

SILVA, Jackeline Susann Souza da. **Revisitando a Acessibilidade a partir do Modelo Social da Deficiência**: Experiências na Educação Superior. *Revista Educação Especial*, v. 31, p. 197-214, 2018.

SILVA FILHO, D. M.; KASSAR, M. C. M. **Acessibilidade nas escolas como uma questão de direitos humanos**. *Revista Educação Especial*, v. 32, p. n.p., 2019.

SILVA, Jackeline Susann Souza da; GONZÁLEZ-GIL, Francisca. **Acessibilidade, Gênero e Educação Superior: Indicativos Procedentes das Investigações Científicas**. *Revista Brasileira de Educação Especial*. v. 23, p. 607-622, 2017.

SIQUEIRA, I. M.; Santana, C.S. **Proposta de Acessibilidade para a Inclusão de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 16, p. 127-136, 2010.

SOUZA, Danilo Batista de. **Acessibilidade e inclusão escolar de alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida na escola pública**. 2017. 128 f. **Dissertação (Mestrado em Educação)** - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

TANAKA, E. D. O. ; **Acessibilidade**: um dos caminhos para auxiliar na inclusão. Marília - SP: ABPEE, 2006 (Resenha).

VOOS, Ivani Cristina; FERREIRA, G. K. **Acessibilidade para estudantes cegos e baixa visão: análise dos objetos educacionais digitais de física**. *Revista Educação Especial*, v. 31, p. 21-34, 2018.

COMO CITAR ESSE ARTIGO

MATOS, Maria Almerinda de Souza; SOUZA, Danilo Batista de. A produção científica na área de acessibilidade nas revistas brasileiras de educação especial. **Debates em Educação**, Maceió, v. 12, n. 28, p. 215-231, Set./Dez. 2020. ISSN 2175-6600. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/8899>. Acesso em: dd mmm. aaaa.